**SEMINÁRIO ARQUIVOS PESSOAIS E SOCIEDADE**

**08 A 10 DE ABRIL DE 2024**

**SUBMISSÃO DE PROPOSTA EM GRUPO DE TRABALHO**

**[**Relatos de experiências profissionais - GT 2**]**

**[Entre fundos e coleções: AGCRJ e seus Instrumentos de Pesquisa]**

**Palavras-chaves**: [Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro]; [Coleções particulares]; [Instrumentos de pesquisa]; [Fundo]; [Coleção].

**RESUMO**

A história e a estrutura do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ) passaram por inúmeras transformações ao longo de sua existência, e muitos dos questionamentos que se tem hoje no entendimento de seus acervos podem ter relação com essas mudanças, tanto de seus prédios-sede, quanto de sua estrutura administrativa e hierárquica, além das diferentes propostas metodológicas de organização do acervo. Em que pese todo o esforço institucional no sentido da organização de um acervo tão vasto, e muitas vezes de difícil contextualização, revisitar os conceitos teóricos, que interferem diretamente na aplicação prática, é fundamental para o estabelecimento de critérios, garantindo rigor metodológico no trato com os acervos, especialmente os conceitos de fundo e coleção

A documentação recolhida ou doada ao arquivo permanente do AGCRJ, uma instituição com mais de 130 anos de história, contempla fundos, coleções e a categoria autóctone chamada “coleções particulares”. Muito embora não apresente uma definição clara para o uso deste termo, em consulta ao site do AGCRJ, a justificativa para a adoção desta nomenclatura se dá pelo entendimento de que: “As Coleções Particulares são arquivos provenientes de doações realizadas pelo titular ou não, ao AGCRJ. Compreendem muitas vezes não só acumulada, mas também produzida por essas pessoas, constituindo assim um fundo arquivístico”.

Observa-se, nesta definição, uma imprecisão conceitual, ao apresentar que o conceito de fundo arquivístico está compreendido no que foi entendido por “coleções particulares”. No entanto, a partir do Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística é possível verificar a distinção entre os termos, uma vez que apresenta como definição para fundo: “conjunto de documentos de uma mesma proveniência. Termo que equivale a arquivo” (AN, 2005, p.97). Ao passo que, para coleção, caracteriza como: “Conjunto de documentos com características comuns, reunidos intencionalmente” (AN, 2005, p.52).

Por se tratar de uma instituição pública, vinculada ao Poder Executivo Municipal da cidade do Rio de Janeiro, o AGCRJ, e os documentos por ele custodiados, tem papel fundamental na garantia do exercício da cidadania, no sentido do acesso plenos aos documentos da administração municipal, e ainda da preservação da identidade e da memória coletiva, uma vez que desempenha papel de gestor da Política de Arquivos e do Sistema de Memória da cidade. Para além, desde janeiro de 2003, através do Decreto n. 22.615, que regulamenta a Lei n. 3.404 (que dispõe sobre a Política Municipal de Arquivos Públicos e Privados), coube, ainda, ao AGCRJ: elaborar, implantar e acompanhar a execução da Política Municipal de Arquivos Públicos e Privados municipal, no âmbito do Poder Executivo Municipal.

Tal diretriz deve garantir a gestão, a preservação e o acesso aos documentos públicos municipais e a proteção especial aos arquivos privados de interesse público. (AGCRJ, 2005-2008).

Portanto, em congruência com a consecução dessa diretriz, esta proposta de trabalho pretende apresentar e problematizar as três bases de dados *online* elaboradas pelo AGCRJ, que configuram os principais mecanismos de acesso dos cidadãos aos instrumentos de pesquisa da instituição. Essa problematização se dará, metodologicamente, através de levantamento bibliográfico e sistematização dos conceitos arquivísticos, especialmente os de fundo e coleção, além de problematizar as bases de dados da instituição, à luz da teoria arquivística.

Esse exercício se dá no sentido de refletir sobre a importância da definição de critérios claros para a organização e o tratamento dos conjuntos documentais arquivísticos, além da necessidade de sua atualização, a fim de melhor atender a demanda de acesso aos documentos.

**Referências**

ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO (AGCRJ). Disponível em: http://www.rio.rj.gov.br/web/arquivogeral/principal. Acesso em: 26 abr. 2022.

ARQUIVO NACIONAL (AN). Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

BRASIL. Lei n. 3.404 de 06 de junho de 2002, que dispõe sobre a Política Municipal de Arquivos Públicos e Privados.